



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640274 - SP (2021/0014379-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : DENISE RODRIGUES MARTINS
ADVOGADO : DENISE RODRIGUES MARTINS LIMA - SP268228
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEONARDO SERAFIM DE SOUZA PEREIRA LEMES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEONARDO SERAFIM DE SOUZA PEREIRA LEMES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2002978-81.2021.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática do crime previsto no art. 33, da Lei 11.343/2006, que teria ocorrido em 11/01/2021.

A impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a custódia cautelar, pois não haveria nos autos indícios mínimos de autoria e materialidade da prática do fato criminoso.

Pondera que o paciente possuiria trabalho lícito e residência fixa e que teria colaborado com os policiais no momento da abordagem, entregando espontaneamente seu aparelho celular.

Considera evidente o constrangimento ilegal decorrente da não realização de audiência de custódia, pois teriam sido violadas garantias processuais.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade provisória ao paciente com a fixação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319, do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida

inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto, ao decretar a prisão preventiva do paciente, o magistrado singular consignou que (e-STJ fls. 96/97):

"Contudo, ainda que se admita a liberdade provisória em caso de prisão em flagrante por tráfico de entorpecentes, no caso, a segregação cautelar para garantia da ordem pública encontra fundamento no risco que a liberdade dos autuados trará à ordem pública local, de modo que os elementos indiciários impedem, nesta fase, a concessão de qualquer benefício.

É mister salientar que o crime de tráfico coloca em desassossego a ordem pública local ao fazer com que a droga seja disseminada entre a sociedade, afetando a saúde e integridade das pessoas e, também, a segurança pública, já que, sabidamente, financia o crime organizado e de sua prática decorre o aumento da incidência de crimes violentos.

É certo que quem se propõe a participar dessa modalidade de empreitada criminosa demonstra ausência de freios morais, o que faz presumir que, uma vez em liberdade, continuará atacando a ordem pública com a prática de novos crimes da mesma natureza ou ainda mais graves.

Assim, é possível concluir que a liberdade pré-matura do autuado comprometerá a ordem pública local pelo seu iminente retorno à traficância, além da possibilidade de fuga para evitar a gravosa sanção penal prevista para o crime em destaque, em caso de condenação.

Note que houve a apreensão de expressiva quantidade de droga, fracionada para venda e dinheiro "trocado", ou seja, QUINHENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS, TRATANDO-SE DE CINCO NOTAS DE R\$ 100 (CEM REAIS), UMA NOTA DE R\$ 50 (CINQUENTA REAIS), UMA DE R\$ 20 (VINTE REAIS) E DUAS DE R\$ 2 (DOIS REAIS) – vide pg. 12/13.

O increpado, apesar da pouca idade, primário, já ostenta maus antecedentes (fls. 35/36).

De se mencionar que as medidas cautelares diversas da prisão preventiva se mostram insuficientes para o caso.

O increpado e pessoa jovem, com 23 anos de idade, não figurando no grupo de risco na hipótese de

contágio da covid-19.

Portanto, os elementos indiciários impedem, nesta fase, a concessão de qualquer benefício. Diante do exposto, com fundamento no artigo 310, II, do Código de Processo Penal, CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE DO AUTUADO LEONARDO SERAFIM DE SOUZA PEREIRA LEMES, R.G. nº 49809589/SP, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de OSVALDO CRUZ - SP, nascido aos 16/02/1997, filho(a) de LENICE SERAFIM DE SOUZA e JOSE ARNALDO PEREIRA LEMES, não sendo o caso de relaxamento ou de qualquer outro benefício. Expeça-se mandado de prisão."

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência